

Memórias de uma Luta Revolucionária: A Trajetória da Organização Ação Popular na Bahia (2008–2016)

Memories of a Revolutionary Struggle: The Trajectory of the Popular Action Organization in Bahia (2008–2016)

Edson Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-6250-287X>

José Alves Dias**

<https://orcid.org/0000-0003-2236-9354>

Resumo

O artigo examina as memórias presentes na série de livros Galeria F - *Lembranças do Mar Cinzento* – Segunda Parte (2004) e d F - *Lembranças do Mar Cinzento: A Última Clandestina em Paris e Outras Histórias* (2016), do jornalista, político, professor e escritor Emiliano José. A análise concentra-se nas recordações sobre a organização revolucionária Ação Popular (AP), abordando: a estratégia de luta elaborada pelo grupo; as referências teóricas, políticas e intelectuais que embasaram sua atuação; o perfil de seus militantes e as ações desenvolvidas pela organização no estado da Bahia.

Palavras-chave: memórias; Ação Popular; organização revolucionária; ditadura civil-militar.

Abstract

This article examines the memories contained in the book series Galeria F - *Memórias do Mar Cinzento* – Segunda Parte (2004) and Galeria F - *Lembranças do Mar Cinzento: A Última Clandestina em Paris e Outras Histórias* (2016), by journalist, politician, professor and writer Emiliano José. The analysis focuses on the memories of the revolutionary organization Ação Popular (AP), addressing: the strategy of struggle developed by the group; the theoretical, political and intellectual references that supported its actions; the profile of its militants; and the actions developed by the organization in the state of Bahia.

Keywords: memories; Popular Action; revolutionary organization; civil-military dictatorship.

*Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edisomsilva@gmail.com

**Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: jose.dias@uesb.edu.br



Introdução

A ditadura civil-militar (1964-1985)¹ brasileira, seguindo a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional² e a “teoria do inimigo interno”³, qualificava seus opositores políticos como “terroristas”, “subversivos” e “comunistas”. Em sentido análogo, a censura institucionalizada pela ditadura impôs um processo de silenciamento e de interdição das memórias e narrativas dos militantes de oposição ao regime de exceção. Por sua vez, o controle exercido pelos órgãos de repressão e informação, aliado às práticas de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados, funcionou como um mecanismo capaz impor o medo como forma de controle político e de silenciar e constranger a rememoração dos acontecimentos. Em outros termos, muitas das memórias da experiência do autoritarismo de Estado - marcadas pela perseguição da repressão política, pela censura, pelo trauma psicológico, pelo medo e pelo constrangimento, ou mesmo pela ausência de canais de escuta - permaneceram submersas, silenciadas, não ditas e clandestinas.

Não obstante, tais medidas não implicaram o desaparecimento dessas lembranças; elas permaneceram em círculos familiares, de amizade e de solidariedade política como “memórias subterrâneas”⁴, nos termos do historiador e sociólogo Michel Pollak. Ressurgiram na esfera pública à medida que o contexto se tornou favorável à sua emergência. Segundo a análise da socióloga Elizabeth Jelin, em seu livro *Los trabajos de la memoria*, sobre o processo de silenciamento e irrompimento desse tipo de memória:

Son momentos en los que emergen publicamente relatos y narrativas que estuvieron ocultos y silenciados por mucho tiempo. Provoca gran sorpresa pública la supervivencia, a veces durante décadas, de memorias silenciadas en el mundo público, pero conservadas y transmitidas en el ámbito privado (familiar o de sociabilidad clandestina), guardadas en la intimidad personal,

¹ O uso da expressão “civil-militar” destaca a intrínseca relação existente, durante a ditadura, entre grupos civis - como empresários nacionais e estrangeiros de diferentes ramos econômicos, fazendeiros e latifundiários, políticos tradicionais, governadores, prefeitos, deputados e senadores - e os setores militares das Forças Armadas. Entende-se, aqui, que houve uma relação de interesses recíprocos entre setores militares (burocracia do Estado) e a classe dominante do país, visando ao estabelecimento de um estado de exceção.

² Cf. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina*. Tradução: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³ Cf. MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

⁴ Cf. POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

“olvidadas” en un olvido “evasivo” – porque pueden ser memorias prohibidas, indecibles o vergonzantes, como senala Pollak (1989:8), o enterradas en huecos y síntomas traumáticos. Estas coyunturas de apertura muestran con toda claridad y intensidad que los procesos de olvido y recuerdo no responden simple y lineal directamente al paso del tiempo cronológico.⁵

No que tange as memórias dos ex-militantes de organizações revolucionárias contra a ditadura civil-militar no Brasil, a sua eclosão na cena pública sucedeu-se inicialmente durante o processo de abertura política - caracterizada como “lenta, gradual e segura” – nos governos dos presidentes ditadores: general Ernesto Geisel (1974-1979) e general João Batista Figueiredo (1979-85). Diante da crise de legitimidade institucional da ditadura, criou-se um ambiente propício ao surgimento das memórias dos opositores do regime e das críticas ao Estado de exceção instaurado em 1964. Assim, memórias antes silenciadas, censuradas, proibidas e confinadas ao espaço privado começaram a ressurgir na esfera pública, rompendo o silêncio e confrontando a versão oficial dos acontecimentos.⁶

Essas memórias emergiam e superavam um período de silêncio imposto aos militantes de organizações guerrilheiras e revolucionárias, especialmente no que se refere à repressão política. Elas denunciavam práticas de tortura, assassinatos políticos e desaparecimentos forçados, rememorando e expondo, assim, a violência brutal do Terrorismo de Estado. As publicações da época rememoravam as lutas de resistência e denunciavam a repressão política e o terrorismo de Estado, trazendo à luz histórias de vida, trajetórias de militância e relatos que haviam permanecido “subterrâneos” até então. Além disso, essas memórias buscavam superar a perspectiva imposta pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que classificava os opositores da ditadura como “inimigos internos”, “terroristas” e “subversivos”. Tais recordações também entraram em confronto direto com a memória oficial e militar, que frequentemente desqualificava os relatos dos militantes das organizações revolucionárias, rotulando-os como inoportunos, revanchistas ou contrários

⁵JELIN, Elizateth. *Los trabajos de la memoria*. 2ª. ed. Lima, IEP, 2012. p. 72.

⁶Nesse período, emergiram publicações de livros de memórias de Alípio Freire - jornalista e ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) - e de Frei Betto, religioso dominicano que colaborava com a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização criada e liderada por Carlos Marighella. Esses relatos foram registrados, respectivamente, nas obras *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil (1981)* e *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella (1982)*.

às disposições da Lei da Anistia de 1979. Esse processo configurou-se como um cenário de disputa e confronto de interpretações sobre o passado.⁷

Outro aspecto relevante relacionado à emergência das memórias dos ex-militantes políticos refere-se à questão do esquecimento. Nesse contexto, as recordações surgem em contraposição às tentativas oficiais de promover o esquecimento do passado de autoritarismo estatal vivido durante a ditadura civil-militar, incluindo os crimes cometidos contra opositores políticos e as graves violações de direitos humanos. Os governos de transição, ao final do regime, estimularam e institucionalizaram mecanismos de esquecimento como forma de imposição política, a exemplo da promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683), aprovada em 28 de agosto de 1979 e sancionada pelo então presidente, general João Figueiredo.⁸

Ao analisar as primeiras obras que trouxeram à tona memórias e testemunhos sobre a repressão e a atuação de organizações revolucionárias na Bahia, identifica-se algumas que emergiram nesse contexto, destacam-se: Por que Theodomiro fugiu (1980), do jornalista Fernando Escariz, sobre a trajetória do militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Theodomiro Romeiro dos Santos; Lamarca, o capitão da guerrilha (1980), dos jornalistas Emiliano José e Oldack Miranda, acerca de Carlos Lamarca, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); e *Iara: reportagem biográfica* (1992), da jornalista Judith Patarra, sobre Iara Iavelberg, também vinculada ao MR-8. Essas obras contribuíram para romper o silenciamento imposto pelo regime ditatorial e impedir que caíssem no esquecimento acontecimentos da repressão política e personagens das lutas de oposição, ao inserirem no espaço público memórias e narrativas antes censuradas, marginalizadas e denegadas.

A partir dos anos 2000, intensificaram-se as publicações memorialísticas sobre as lutas de oposição à ditadura na Bahia e a repressão política, com o lançamento da série de livros Galeria F – *Lembranças do mar cinzento* (2000 a 2016) e *As asas invisíveis do padre Renzo* (2002), todos escritos pelo jornalista, professor e político Emiliano José, além de *Quem samba fica – memórias de um ex-guerrilheiro* (2011), do advogado Rui Patterson Pinto. Ao alcançarem a esfera pública, essas obras retiraram do âmbito privado experiências de resistência e violência política, dando visibilidade a trajetórias e acontecimentos que

⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Varia História. Belo Horizonte. N° 28. p.178-201. Dezembro. 2002. p.180. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/s/10_Filho-JoaoRoberto-Martins.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

⁸ Cf. BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

havam sido objeto de censura e silenciamento, porém sobreviveram como “memórias subterrâneas” e vieram à tona na nova conjuntura política do país.

O objetivo deste artigo é analisar as memórias presentes na série de livros Galeria F – *Lembranças do Mar Cinzento* – Segunda Parte (2004) e Galeria F – *Lembranças do Mar Cinzento* (V): *A Última Clandestina em Paris e Outras Histórias* (2016), de autoria de Emiliano José e publicados pelas editoras Casa Amarela e Caros Amigos. Ao longo do texto, busca-se examinar, a partir dessas obras: a) a estratégia de luta e as referências teóricas, políticas e intelectuais que fundamentaram a atuação da organização revolucionária Ação Popular (AP); b) o perfil dos militantes da AP; e c) as ações desenvolvidas pela organização no estado da Bahia. Tais ações tinham como objetivo não apenas derrubar a ditadura civil-militar, mas também promover uma transformação revolucionária da sociedade brasileira, a partir de um novo modelo socioeconômico de caráter socialista.

Memórias da Ação Popular (AP) na Bahia

A Ação Popular (AP), surgida na década de 1960, foi formada por jovens estudantes, religiosos católicos e leigos que se organizavam principalmente em torno da Juventude Universitária Católica (JUC)⁹ e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Os estudantes vinculados à JUC atuavam ativamente na disputa por espaços nas entidades estudantis universitárias, inclusive na direção nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE). Além disso, desenvolveram uma série de ações e iniciativas de caráter político, como a participação na Campanha da Legalidade em defesa da posse do presidente João Goulart, em 1961. No campo educacional, engajaram-se na luta pela reforma universitária e participaram do Movimento de Educação de Base (MEB), promovendo a educação popular. Também se destacaram em atividades culturais realizadas no interior do país, como no projeto UNE-Volante.¹⁰

Devido às ações mencionadas anteriormente e a outras iniciativas de caráter político, que abordavam a realidade social e econômica da sociedade brasileira, ocorreu um conflito com o alto clero da Igreja Católica. Esse conflito ganhou proporções maiores, levando os estudantes ligados à JUC

⁹ A JUC, a JEC e outras entidades católicas congêneres foram fundadas em 1930 e faziam parte de um movimento da Igreja Católica chamado de Ação Católica Brasileira. Essas organizações tinham um caráter conservador e possuíam o propósito de influenciar os rumos da educação nacional (SANTANA, 2008, p. 20).

¹⁰ SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: *A ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, 2009.p.152

a abandonarem a entidade estudantil vinculada à Igreja e a promoverem a criação da Ação Popular (AP). A formação da nova organização aconteceu após três encontros: o primeiro, em São Paulo (1962), no qual foi elaborado o “Esboço Ideológico”, documento que posicionava o grupo como defensor de uma revolução socialista; o segundo, em Belo Horizonte (1962); e o terceiro, em Salvador (1963), onde a organização foi oficialmente fundada e o “Documento Base” foi aprovado. Esse último documento delineava a orientação política e ideológica da AP, que mesclava a defesa da revolução socialista com o humanismo cristão.¹¹

Nas publicações que fizeram emergir e lançaram na esfera pública as recordações das organizações revolucionárias na Bahia, aqui utilizadas como fonte, identifica-se um conjunto de memórias que evocam a atuação da Ação Popular (AP) em diferentes momentos ao longo da trajetória política dessa organização de esquerda. As memórias foram registradas no livro *Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento – Segunda Parte*, publicado em 2004, por Emiliano José. Na obra, são rememoradas as experiências de dois antigos militantes da AP na Bahia: Sérgio Gaudenzi e Péricles de Souza. As recordações relatam a participação de ambos no movimento estudantil quando ainda eram estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sérgio Gaudenzi, aluno do curso de Engenharia, teve sua trajetória marcada pelo ingresso e pela atuação na Juventude Universitária Católica (JUC) que, posteriormente, o conduziu à militância na Ação Popular (AP).¹²

As recordações de sua atuação na Ação Popular (AP), a partir de sua participação no movimento estudantil, destacam seu envolvimento na organização do evento intitulado *Primeiro Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido*, realizado em Salvador, no ano de 1963. Da ocasião, relembra-se que foram debatidas diversas questões de ordem política, social e econômica relativas aos países então designados como “terceiro-mundistas” e à luta contra as potências imperialistas.¹³ As memórias também registram a participação ativa de Sérgio Gaudenzi e da Ação Popular (AP) no movimento estudantil, destacando o empenho da organização em ocupar espaços de representação estudantil na universidade. Seus militantes concorriam a cargos em diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e em outras entidades estudantis, tanto em nível estadual quanto nacional, como a União dos Estudantes da Bahia (UEB)

¹¹ Idem, 152-153.

¹² JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: segunda parte*. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 55-56.

¹³ JOSÉ, op. cit., p. 58.

e a União Nacional dos Estudantes (UNE).¹⁴ As memórias evocadas por Sérgio Gaudenzi, publicadas e visibilizadas no livro de Emiliano José, apontam ainda para a aproximação da Ação Popular (AP) com o movimento operário, evidenciando sua articulação com entidades sindicais e a ampliação de sua atuação para além do movimento estudantil.¹⁵

Com o golpe político de 1964, que depôs o presidente eleito João Goulart (1961–1964), articulado por empresários nacionais e estrangeiros, setores das Forças Armadas, além de políticos conservadores e de direita, Sérgio Gaudenzi, então militante da Ação Popular (AP), foi preso pelos órgãos de repressão recém-instalados em abril daquele ano. De acordo com os relatos de memória evocados, antes de sua prisão, ele e outros militantes da organização chegaram a esboçar uma articulação com o objetivo de resistir ao golpe. Esse movimento contava, inclusive, com o apoio do prefeito de Feira de Santana, Chico Pinto, sendo o município projetado como um possível centro de resistência. No entanto, a iniciativa não chegou a se concretizar em razão da intensa repressão desencadeada pelos novos detentores do poder político no país.¹⁶

Outro militante da Ação Popular (AP) na Bahia cuja trajetória foi re-memorada e trazida a público na obra *Galeria F – Lembranças do mar cinzento – segunda parte* (2004), de Emiliano José, foi Péricles de Souza. Sua militância também teve início no movimento estudantil e nas organizações precursoras da AP, com participação ativa na Juventude Estudantil Católica (JEC), na Juventude Universitária Católica (JUC) e no Movimento de Educação de Base (MEB). Esse último teve papel relevante na formação educacional de trabalhadores rurais e na fundação de sindicatos no interior do estado. No relato de memória apresentado na obra, sua trajetória e atuação é descrita da seguinte forma:

Nascido em Vitória da Conquista, no dia 5 de fevereiro de 1943, começou a vida política na escola secundária. Mais precisamente no Ginásio Bahiano de Ensino, no Campo da Pólvora, em Salvador. Um colégio particular, dirigido pelo professor Hugo Balthazar da Silveira, com que o pai de Péricles, Agenor de Souza, conseguiu uma bolsa. Ali, tornou-se presidente do grêmio por conta de seus contatos com lideranças cristãs da então Ação Católica.

¹⁴Ibidem, p. 60.

¹⁵Idem, p. 60.

¹⁶Ibidem, p. 54–55.

Desse ano, 1958, aos dias de hoje, passou pela Juventude Estudantil Católica (JEC), pela Juventude Universitária Católica (JUC), pela Ação Popular (AP) até chegar ao PC do B, do qual é dirigente [...].

Com o surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB) – instituição nacional fruto de um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Ministério da Educação do governo João Goulart –, Péricles vê abrir-se uma nova frente de atuação política, tão ou mais entusiasmante do que o movimento estudantil. O MEB fazia um trabalho pioneiro de educação à distância, via emissoras de rádio. Na Bahia, a emissora utilizada era a Rádio Sociedade, de Feira de Santana. Era um movimento de caráter nitidamente progressista, de apoio às comunidades que assistiam às aulas. Disso para um trabalho de organização de tais comunidades foi um pulo.

Em 1962, Goulart muda a legislação para facilitar a organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Aumenta o número de sindicatos. E surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ainda em 1962. Péricles estava no congresso de fundação da Contag. O MEB cria uma equipe de sindicalismo, e Péricles passa a ser o seu coordenador. Junto com Elenaldo Teixeira, hoje professor da Universidade Federal da Bahia, passou a fundar sindicato um atrás do outro. Os dois já eram da AP.[...]¹⁷

O testemunho sobre a trajetória de Péricles de Souza também registra sua participação, juntamente com outros militantes da Ação Popular na Bahia, em uma tentativa de mobilizar e organizar uma resistência ao golpe civil-militar de 1964. No entanto, essa iniciativa acabou sendo abortada.¹⁸

Na dissertação de mestrado *Maoísmo na Bahia* (1967–1970), a historiadora Cristiane Soares de Santana analisou a trajetória da Ação Popular (AP) no estado, desde sua formação até sua atuação durante a ditadura civil-militar. Com base no material de pesquisa, destacou a presença e a atuação dos militantes da organização tanto no interior quanto na capital. De acordo com a

¹⁷Ibidem, p. 70-72.

¹⁸Idem, 66-67.

pesquisadora, o trabalho desenvolvido pela AP envolvia a promoção da educação de jovens e adultos por meio do Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁹, seguindo a abordagem pedagógica de Paulo Freire, que enfatizava a necessidade de o alfabetizador partir da realidade dos educandos. Além disso, a AP apoiava a fundação de sindicatos rurais e se envolvia com os operários da Petrobrás, especialmente nos setores de extração e refino.²⁰ No entanto, com o golpe civil-militar de 1964, a AP teve seu trabalho desmobilizado e sofreu com a repressão policial e militar, como afirma Santana:

Com o golpe de 1964, todas essas atividades desenvolvidas pela Ação Popular foram interrompidas pela nova ordem que se estabeleceria, desde os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB, da fundação de sindicatos e do trabalho de educação popular, os quais seriam bastante reprimidos, já que incentivavam o senso crítico das massas, assim como a organização e mobilização dos operários.²¹

Apesar disso, alguns esforços para resistir foram realizados pelos militantes da AP. Segundo antigos dirigentes da organização, Haroldo Lima e Aldo Arantes:

A Ação Popular, ante o desencadeamento do Golpe, procurou, em diversos estados, mobilizar massas para contê-lo. Participou de inúmeros comícios-relâmpagos, conclamando o povo à greve, ao protesto, à resistência. Apoiou e participou das transmissões da “cadeia de legalidade”, enquanto esta esteve no ar. Na Bahia tomou medidas no sentido de deslocar pessoas para o interior, de juntar-se a camponeses e populares na expectativa de contribuir para alguma resistência mais enérgica que fosse possível. Das galerias do Congresso Nacional, um dos dirigentes da AP verberou contra o Golpe, denunciou-o.²²

¹⁹O MEB foi criado em 1961 a partir de uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com o governo federal. O objetivo era promover a alfabetização de adultos no interior do país, empregando recursos como transmissões radiofônicas e monitores locais. Não obstante não se restringiu tão somente a isso, contribuindo no desenvolvimento de uma consciência crítica e na politização dos trabalhadores rurais e urbanos.

²⁰SANTANA, Cristiane Soares de. *Maoísmo na Bahia* (1967-1970). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2008. p. 28-30. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11241>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

²¹Idem, p. 30

²²LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p.57.

Nos anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964, Péricles de Souza foi aprovado no vestibular da Universidade Católica de Salvador para o curso de graduação em História. Nesse período, manteve seu engajamento político na Ação Popular (AP), passando a atuar também no movimento estudantil universitário, conforme registrado a partir do seu relato de memória:

Péricles resolveu fazer vestibular de História na Universidade Católica em 1965. Passou. Em 1966, eleito presidente do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, de sua escola, foi um dos dirigentes da campanha do voto nulo na Bahia, da qual a AP foi uma das organizações dirigentes.²³

A iniciativa mencionada reverberava, na Bahia, a campanha pelo voto nulo, articulada em nível nacional pela AP, com o objetivo de denunciar o caráter fraudulento das eleições durante a ditadura civil-militar e reforçar sua oposição ao regime autoritário instalado no país a partir de 1964. As recordações também mencionam outras ações de Péricles de Souza no âmbito da Ação Popular (AP), na qual assumiu a função de dirigente logo após abandonar o curso de graduação e se afastar do movimento estudantil:

Péricles saiu da universidade em 1968, por determinação da AP. A organização considerava que, sendo dirigente, ele não devia continuar a se envolver tão abertamente nas lutas de massa legais. Deveria ser preservado para as atividades de natureza clandestina, que se tornaram a marca central do trabalho dele durante a maior da sua vida. [...] Ele se afasta da militância universitária. Dedicar-se, então, ao trabalho de organização, mais voltado para as ações não legais do que para as legais. No entanto, continua a trabalhar, a conviver normalmente na sociedade, sempre discreto.²⁴

Para contextualizar melhor os acontecimentos rememorados, após a repressão política desencadeada contra a AP depois do golpe de Estado de 1964, a organização procurou se reorganizar e se reconstruir em novos moldes, sob a influência da Revolução Cubana (1959). Nesse processo, adotou a estratégia foquista e a tática de guerra de guerrilha desenvolvidas por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, que haviam sido vitoriosas em Cuba, conforme afirma Ridenti:

²³Ibidem, p. 67.

²⁴Idem, p. 68.

A maioria dos remanescentes reorganizou-se e aprovou a *Resolução política de 1965*, na linha do Documento base de 1963, mas com ênfase na necessidade da luta armada revolucionária, o que aproximou a AP da visão de mundo dos revolucionários de Cuba.²⁵

O historiador Jean Rodrigues Sales também ressaltou o papel e a importância da Revolução Cubana na mudança da posição política da AP ao longo de sua trajetória. O estudioso apontou para uma influência e uma mudança na organização, que passou a adotar o foquismo e a guerra de guerrilha como estratégia revolucionária. Sobre essa influência, ele esclareceu o seguinte: “[...] Ao tratar da influência cubana antes de 1964 na AP, baseiam-se principalmente na presença das ideias cubanas na sociedade brasileira, em geral, e no movimento estudantil universitário, em particular, setor de onde se originou a AP.”²⁶ Além disso, Sales destacou que o período de maior presença do pensamento revolucionário cubano dentro da Ação Popular ocorreu entre 1965 e 1967, momento em que se discutiram as consequências do golpe de Estado de 1964 na sociedade brasileira e a adesão da AP ao marxismo-leninismo como teoria revolucionária.²⁷

Para Marcelo Ridenti, havia dois projetos revolucionários debatidos entre os militantes da Ação Popular: de um lado, o modelo da Revolução Cubana (1959); de outro, o da Revolução Chinesa (1949). Essa divergência acabou provocando, consoante Ridenti, uma cisão interna na organização:

Depois de 1964, a AP enviara alguns militantes a Cuba e outros para a China, que vivia, no período, o processo da chamada *revolução cultura proletária*. Foram-se formando duas alas no interior da AP: a *Corrente 1*, que propunha para o Brasil uma revolução inspirada no modelo chinês, cuja influência pode ser constatada no documento de 1967 intitulado *Esquema dos seis pontos*, redigido pelo dirigente Jair Ferreira de Sá, após estada na China; e a *Corrente 2*, liderada por Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistente à maoização da AP e considerada *foquista* por seus adversários.

²⁵ RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol; V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 234.

²⁶ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 29.

²⁷ *Ibidem*, p. 29

A luta interna culminou com a expulsão dos adeptos da Corrente 2, durante a I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, em setembro de 1968, a primeira em que a organização se assumiu como marxista-leninista: estava definida a adesão da AP ao maoísmo.²⁸

As recordações de antigos militantes políticos publicadas nas obras de Emiliano José não contemplam, em maiores detalhes, o momento em que a organização AP adotou a estratégia *foquista*, sob a influência da Revolução Cubana. O maior volume de depoimentos e evocações de memória sobre a atuação da AP diz respeito à fase maoísta e à adoção da estratégia de integração de seus militantes à produção.

No livro *Galeria F – Lembranças do mar cinzento (V) – A última clandestina em Paris e outras histórias* (2016), Emiliano José publicou uma série de memórias de antigos militantes da organização Ação Popular (AP), com destaque para aqueles que tiveram uma trajetória de militância na Bahia. Entre eles, a história de Maria José Malheiros se sobressai, sendo mencionada no subtítulo do livro como “A última clandestina em Paris”. A personagem rememorada na obra passou grande parte de sua vida usando nomes clandestinos na luta revolucionária e na oposição à ditadura que vigorava no país, atuando, primeiramente, como militante da Ação Popular e, depois, do Partido Comunista do Brasil (PC do B). De acordo com o relato apresentado, ela adotou três nomes diferentes ao longo dessa trajetória: o primeiro foi Maria Neide de Araújo Moraes e os demais, adquiridos em sua militância clandestina, foram Maria José Novaes e Maria José Malheiros.

As memórias evocadas sobre a personagem relatam sua atuação política desde os primeiros momentos no movimento estudantil sediado na Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Belas Artes. Nesse período, ela foi presa pelo sistema de segurança e repressão da ditadura e, em seguida, expulsa com base no Decreto 477.²⁹ Essa circunstância a levou a entrar na clandestinidade e a se integrar ativamente à Ação Popular (AP), na qual passou a desenvolver ações em São Paulo, atuando no movimento sindical bancário. Posteriormente, foi transferida para o Rio de Janeiro e, finalmente,

²⁸ RIDENTI, op. cit., p. 238.

²⁹ Norma instituída pela ditadura em fevereiro de 1969 pelo presidente ditador general Artur da Costa e Silva que objetivava eliminar as atividades políticas e qualquer forma de pensamento crítico e dissidentes dos estudantes, professores e funcionárias dos estabelecimentos de ensino público e particular, tratados como “subversivos”. O decreto foi responsável pela expulsão e proibição de continuar a estudar de muitos estudantes no período.

designada pela organização revolucionária para atuar na Bahia, no setor rural. De acordo com os relatos quando chegou à Bahia, sua tarefa, atribuída pela organização de oposição à ditadura, foi comunicar à esposa do militante da AP Jorge Leal Gonçalves Pereira sobre seu assassinato por agentes dos órgãos de repressão, após a prisão dele no Rio de Janeiro:

No Rio, recebe a notícia: iria para o movimento camponês.

Outra vez, uma esperança.

Sairia da vida pequeno-burguesa. Iria para um patamar mais elevado da Revolução.

Não sabia o destino, no entanto.

Recebe a notícia de que cumpriria uma tarefa ingrata – ir a Salvador informar oficialmente à mulher de Jorge Leal Gonçalves Pereira, dirigente da AP, preso no final de 1970, da morte dele pela repressão. E mais: era outro desaparecido político, deram sumiço no corpo.

E outra: seu primeiro destino na caminhada para a integração na produção seria Vitória da Conquista, município do Sudoeste baiano.³⁰

Em Vitória da Conquista, ela foi recebida por um dirigente da Ação Popular e por outro militante que residia na cidade:

De volta a Conquista, é recebida por um alto dirigente da Organização, que só mais tarde saberá ser Haroldo Lima. Ela seria entregue por ele a José Novaes, outro nome famoso da AP, codinome Jorge. [...]

Haroldo Lima fez o discurso de praxe, falou da Revolução, da grandeza da missão que a esperava, exaltou a disposição de luta, a coragem da camarada. Zezé fazia o movimento de olhar para ele, e era repreendida:

- Abaixei os olhos companheira! Não deve ver meu rosto! [...]

Estava entregue – a partir dali, José Novaes seria seu dirigente, sua bússola, guia. Simpatizou com ele de cara. Sentia nele autoridade e ternura simultaneamente. Uma simpatia, como ela sintetiza. Era um experimentado lutador.³¹

Como militante clandestina, passou a adotar um novo nome, passando a se chamar Maria José Novaes, registrada como filha do, também militante

³⁰JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembrança do mar cinzento (V): a última clandestina em Paris e outras histórias*. 1.ed. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2016. p. 88.

³¹JOSÉ, op. cit., p. 94-95.

da Ação Popular, José Novaes. De acordo com os relatos de memória apresentados na publicação, ela iniciou sua trajetória política pela organização AP, articulando um trabalho com jovens. Naquele momento, a Ação Popular enfrentava uma discussão interna sobre as diferentes correntes de pensamento e a estratégia revolucionária adotada, além da possibilidade de integração ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), como Emiliano José relatou ao narrar a trajetória da personagem:

A Organização decidiu: Zezé devia iniciar um trabalho entre os jovens enquanto aguardava a definição da área rural para onde seria deslocada. Foi morar num quarto de pensão, e de lá começou a procurar jovens propícios à compressão da perspectiva revolucionária. Conhece então Julieta Palmeira, mais jovem, e passa a compartilhar com ela o trabalho político. Acreditava-se uma militante em transição da AP para o PC do B.

Explico. Zezé conta que a discussão sobre a incorporação da AP pelo PC do B ocorria desde 1971, desde sua militância em São Paulo. Dois grandes grupos se constituíram: os que pretendiam a adesão ao PC do B por acreditá-lo o partido do proletariado, defensor da Revolução em duas etapas, a democrático-burguesa e a socialista, e outro, defensor da revolução socialista, e que naturalmente não concordava com a ida para o PC do B.

Em Vitória da Conquista, Zezé foi integrada ao PC do B. No entanto, só foi saber dessa decisão um bom tempo depois. Como ela era, em princípio, favorável à fusão, não fez barulho.³²

A partir de 1968, ocorreu uma nova transformação interna na Ação Popular (AP), resultante da crescente influência do pensamento de Mao Tsé-Tung, da Revolução Chinesa (1949) e da Revolução Cultural Chinesa (1966). Essas ideias passaram gradualmente a predominar na organização, sendo adotadas como fundamento teórico e estratégico por seus dirigentes e militantes políticos. De acordo com essa nova orientação revolucionária, os militantes da AP deveriam atuar nos locais de trabalho e nas atividades produtivas, tanto no campo quanto nas cidades. A longo prazo, vislumbrava-se a concretização da estratégia da guerra popular prolongada, o cerco das cidades a partir do campo e a conflagração do processo revolucionário a partir da guerrilha rural.

Com a adoção da concepção maoísta, a AP passou a implementar, entre seus militantes, a política de “integração à produção”, que consistia na inserção dos quadros da organização – em grande parte oriundos das classes

³²Idem, p. 99.

médias, identificadas como pequeno-burguesas – em ambientes de trabalho, como fábricas, setores de serviços e atividades produtivas no campo. Essa estratégia tinha os seguintes objetivos: promover uma transformação de consciência; forjar uma identidade proletária entre os militantes e ampliar a atuação política da organização no seio da classe trabalhadora, urbana e rural. Essa prática visava, ainda, a construção de um partido de vanguarda que agregasse camponeses e operários.³³

O aprofundamento da aproximação da AP com o pensamento maoísta levou ao estreitamento das relações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).³⁴ Em 1971, após intensas disputas internas entre diferentes correntes ideológicas, parte da AP incorporou-se ao PC do B.³⁵ Não obstante, houvesse algumas divergências políticas entre as duas organizações. A título de exemplo, observa-se que, para o PC do B, a sociedade brasileira era semicolonial e semifeudal, sendo necessário, primeiramente, uma revolução democrática e nacional como uma etapa inicial. Por outro lado, para a AP, a sociedade brasileira já era capitalista e, portanto, a revolução devia ser imediatamente socialista.³⁶

Os registros de memória evocados por Emiliano José relatam a atuação da Ação Popular (AP) na Bahia, especialmente durante a fase maoísta da organização, antes de sua integração aos quadros do Partido Comunista do Brasil (PC do B). No período rememorado, a organização revolucionária, que se opunha ao regime ditatorial imposto pelos governos militares, implementou o processo de integração à produção dos seus militantes políticos. Muitos, provenientes de outros estados, deslocaram-se para a Bahia, onde passaram a atuar na região sul do estado, conhecida pela produção de cacau.³⁷ Em *Galeria F – Lembranças do mar cinzento (V) – A última clandestina em Paris e outras histórias* (2016), foi recordada e narrada, nas páginas da publicação, a trajetória de alguns desses militantes integrados à região, como o casal Josefa Laurindo Roriz Silva e Carlos Roriz Silva. Originários de Sergipe, ambos chegaram à Bahia

³³ SANTANA, op. cit., p. 55-56.

³⁴ A citada entidade partidária era reconhecida como congênere do Partido Comunista Chinês no Brasil.

³⁵ A corrente que se opôs à incorporação e não aderiu ao PC do B continuou a organização sob a nova denominação de Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

³⁶ RIDENTI, op. cit., p. 249.

³⁷ Segundo Cristiane Soares Santana, inicialmente, os militantes da AP integrados à produção eram do mesmo estado, contudo, com o aumento da repressão política, sobretudo, depois do Ato Institucional N° 5, a AP passou deslocar os militantes, transferindo para outros estados. Era uma forma de preservar a segurança dos seus militantes integrados à produção.

com a missão de se inserir no trabalho rural, integrando-se às atividades nas lavouras de cacau.

Josefa Laurindo Roriz tinha uma trajetória de militância na Juventude Universitária Católica (JUC) e no Movimento de Educação de Base (MEB), entidades que desempenharam um papel importante na formação e na atuação da Ação Popular, tanto nos meios estudantis quanto nos movimentos populares. Quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964, ela era estudante de Direito na Universidade Federal de Sergipe. Ao ingressar na AP, em 1968, já trabalhava no serviço público. Carlos Roriz Silva, por sua vez, possuía uma trajetória similar, atuando como professor, conforme relatado nas memórias.³⁸ Ambos se envolveram no processo de integração à produção, trabalhando, inicialmente, nas lavouras de cacau. Posteriormente, Carlos Roriz Silva passou a exercer a atividade de vendedor ambulante na região:

No começo de 1969, desapareceram.
Passam por Salvador e, pouco tempo depois, são deslocados para
Camacã pela AP para se integrar à produção cacaueira.
Roriz trabalha um tempo na colheita de cacau.
Mascate, depois.
Mascateava lenços de cabelo, pentes, adereços variados para
mulheres, sua principal clientela.
Andavam mais que notícia ruim.
Vendia bem.
Chegou a se atrapalhar.
Visitava os prostíbulos da região.³⁹

Josefa Laurindo Roriz Silva recordou, em depoimento concedido a Emiliano José e publicado no livro, que, a partir do processo de integração à produção e no convívio diário com a comunidade local, ela articulava e desencadeava ações políticas junto aos trabalhadores rurais, com o objetivo de conscientizá-los sobre as duras condições de vida e de exploração do trabalho às quais estavam submetidos:

³⁸ Idem, p.50.

³⁹ Idem, p.50.

Zefa integrou-se à produção na região do cacau, Sul da Bahia, início de 1969.

Povoado de Panelinha, município de Camacã.

Primeiro, na enxada.

Depois, 'tiradora de cacau' – sacar os grãos do cacau de dentro da casca depois de cortado pela metade. [...]

Havia de trabalhar na roça.

E cuidar dos afazeres domésticos.

Lata d'água na cabeça, enchida na fonte, equilibrada sobre a rodilha n cocuruto, ganhou traquejo – água só assim.

Momento de conservar com as outras mulheres, politizá-las um pouco, dar consciência sobre a dureza das condições de vida, cujo peso ela sentia na carne agora.⁴⁰

Relembrava-se também que, como continuidade desse trabalho inicial, a organização lhe designou outra atividade profissional na comunidade de Panelinha, no município de Camacã. Ali, passou a exercer o ofício de comerciante na feira livre local e, como forma de expandir seu trabalho político, fundou uma escolinha para alfabetizar os filhos dos trabalhadores rurais:

A célula de que participava decidiu: sairia da roça, teria uma barraca na feira do povoado, que funcionava somente aos sábados. Durante a semana, corria das ruas vendendo a cocada feita com esmero por ela própria. [...]

Viera para a região numa missão revolucionária.

Contribuir para mudar a visão de mundo das pessoas, e precisava encontrar caminhos para tanto.

Queria servir ao povo.

Fazer a Revolução.

Era pouco o que fazia.

Abriu uma escolinha para crianças, em sua casa.⁴¹

Os militantes provenientes dos segmentos sociais médios e intelectualizados - perfil social dos integrados rememorados - deveriam conviver com as comunidades camponesas, experimentando as injustiças sociais, as privações econômicas, as precárias condições de vida e a expropriação do trabalho nas roças de cacau. O objetivo da integração à produção estava vinculado à transformação ideológica dos militantes da organização. Ao trabalhar e conviver com os trabalhadores urbanos (operários ou do setor de serviços)

⁴⁰Idem, p. 144-145.

⁴¹Idem, p. 145.

e rurais, os militantes tinham a oportunidade de conhecer e vivenciar as condições de vida do proletariado (urbano ou rural). Esse processo possibilitava uma mudança subjetiva, levando-os a abandonar posturas e comportamentos próprios da pequena burguesia e a adotar uma nova perspectiva de vida (da classe proletária). Por outro lado, o trabalho conjunto com os trabalhadores também visava à conscientização política da classe trabalhadora. Ademais, essa estratégia representava uma forma de ampliar a presença da organização entre operários e camponeses.⁴²

As memórias evocadas e reveladas na publicação indicavam que, além da inserção no ambiente de trabalho, os militantes da Ação Popular (AP) buscavam fazer parte do cotidiano das comunidades em que se encontravam. A ação visava promover um processo de conscientização dos trabalhadores das lavouras de cacau e de suas famílias, como se observa na experiência da militante da AP, Josefa Laurindo Roriz Silva, no município de Camacã. A rememoração destacava um ambiente escolar improvisado, funcionando de maneira precária, com um método educativo inspirado no trabalho de alfabetização desenvolvido pelo educador Paulo Freire, que utilizava a realidade dos alunos como referência, além das limitadas condições materiais de sobrevivência da população:

A cama de tábua virava mesa de estudos, transportada do quarto para a sala.

À noite, voltava a ser cama, no quarto.

Esteira como colchão.

Alfabetizava, método Paulo Freire.

As crianças não iam à escola pública por falta de roupas e sapatos.

A escolinha lhe dava a chance de conservar com as mães e pais dos alunos, dar-lhes consciência política.

Tomava cuidado com o palavreado, não queria se trair, revelar sua origem.

Pagavam de acordo com suas possibilidades.⁴³

Os militantes integrados desenvolviam um trabalho que buscava fomentar o despertar da consciência de classe entre os trabalhadores rurais e suas famílias, promovendo a compreensão da relação de exploração à qual estavam submetidos, bem como da dominação de classe e sua vinculação política com a ditadura vigente no país. Além disso, a iniciativa visava organizar

⁴² SANTANA, op.cit. p. 51.

⁴³ JOSÉ, op. cit., p.146.

os trabalhadores na luta revolucionária pela derrubada do regime ditatorial e pela instauração de uma sociedade socialista. Segundo a historiadora Cristiane Santana, em seu estudo que analisou o processo de integração dos militantes da AP à produção na Bahia:

No que se refere à Bahia, temos como exemplo de outros artifícios usados com esse objetivo, tais como o script de uma peça de teatro, que trava da realidade dos trabalhadores do cacau, tais como a falta de assistência médica, educação, eleição, exploração do trabalhador, prostituição e assassinatos de trabalhadores rurais; músicas (violeiros); a circulação de um jornal chamado Boletim do Trabalhador Rural N° 06, onde eram narrados acontecimentos que demonstram a exploração sofrida por trabalhadores nas cidades de Camacã e Eunápolis e um plano de um curso de alfabetização de adultos oferecidos na Região Cacaueira.⁴⁴

Mais um outro casal foi rememorado nas páginas do livro *Galeria F – lembranças do mar cinzento – a última clandestina em Paris* (2016), a saber: Anete Brito Leal Ivo e Rubens Leal Ivo. Segundo o relato, eles atuaram na Ação Popular em Salvador, desenvolvendo um trabalho político com as comunidades de bairros periféricos da cidade em articulação com um grupo de padres italianos e moradores locais.⁴⁵ Posteriormente, assim como os supramencionados Josefa Laurindo Roriz Silva e Carlos Roriz Silva, ambos também passaram pelo processo de integração à produção, trabalhando nas lavouras da cultura do cacau do sul da Bahia, no município de Buerarema:

No final do ano, ela e o marido passaram a discutir com AP alternativas para a comunidade do trabalho político.

Foram para a região cacaueira.

Início de 1969.

O cacau parecia se constituir numa atração fatal para AP. Buerarema.

Anete aguentou poucos dias.

Não se sentia confortável. Aquela mudança súbita de vida não casava com sua personalidade. E não que divergisse dos objetivos revolucionários da AP. É que tal virada abalava profundamente sua identidade.

Melhor voltar a Salvador.

Voltou.⁴⁶

⁴⁴Ibidem, p. 66.

⁴⁵JOSÉ, op. cit., p. 160.

⁴⁶Ibidem, p. 162.

Percebe-se, a partir das lembranças, que a estratégia de integração à produção, implementada pela organização revolucionária após sua adesão à tendência política maoísta, gerava uma série de obstáculos para os militantes. É importante destacar que a ação de integração não se restringia ao mundo do trabalho, mas também avançava para a inserção e participação na vida cotidiana dos camponeses e operários - no caso daqueles integrados em ambientes urbanos e atuantes em indústrias - com o objetivo de desenvolver uma consciência política e revolucionária e recrutar novos militantes para a organização. As dificuldades enfrentadas pelos integrados à produção incluíam a adaptação às condições de trabalho, uma vez que muitos não conseguiam sustentar a rotina de vida precária e a exaustiva jornada diária de um operário fabril ou mesmo de um trabalhador rural nas lavouras de cacau, como no caso mencionado de Josefa Laurindo Roriz Silva. Sem esquecer, ainda, da situação de clandestinidade em que muitas pessoas estavam e dos riscos de prisão pelos órgãos de repressão política e a consequente submissão à tortura e ao assassinato.

Segundo as recordações, Rubens Leal Ivo permaneceu na região cacaueira e, posteriormente, assumiu uma nova tarefa designada pela Ação Popular, percorrendo o interior do estado. Durante essa missão, ele trabalhou e realizou levantamentos para identificar possíveis novas áreas de atuação da organização, como o território da Chapada Diamantina e Irecê:

Rubem Ivo prosseguiu.
Queria ver como era a vida do trabalhador do cacau.
Foi pros roçados.
Transitou entre Buerarema e Camacã.
Apenas como experiência.
Não queria permanecer. Tinha outras tarefas na AP.
Trabalhou como diarista, coisa de um mês.
Não recordava de ter encontrado Haroldo.
Talvez tenha estado com Zefa e Roriz, de passagem - é o que a memória alcança.
Ele e Eduardo Collier, por determinação da AP, depois do cacau, puseram-se em campo pela Chapada Diamantina.
Objetivo: fazer uma pesquisa para identificar a natureza da região, se de minifúndios, se de latifúndios, qual a predominância, número de trabalhadores, tentar saber se valia a pena investir politicamente na área, deslocar militantes.
Correm trecho: Gentio do Ouro, Palmeiras, Irecê, muitos municípios da região. [...]

Rubem Ivo, para não perder a oportunidade, ainda resolveu trabalhar uma semana como diarista na colheita de feijão, em Irecê. Trabalhador itinerante.⁴⁷

Haroldo Lima, considerado um dos articuladores da fundação da Ação Popular na Bahia e dirigente da organização, foi outro personagem destacado no livro de Emiliano José, assim como sua esposa, Solange Silvany Rodrigues Lima. Antes de aderir à estratégia de integração à produção, ele trabalhava como engenheiro elétrico na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), em Salvador. Posteriormente, migrou para o Sul da Bahia, onde passou a atuar nas lavouras de cacau, no município de Itabuna. Na região, chegou acompanhado de outro casal de militantes da AP, atuando inicialmente como trabalhador braçal e, mais tarde, como diarista no cultivo e na colheita do cacau:

Meados de 1968.

Haroldo Lima, engenheiro na Coelba, pede demissão.

Um dos diretos da empresa procura saber por quê.

- Cuidar da fazenda de meu pai.

- Quer aumento de salário – o diretor insistiu na permanência.

- Não – precisa ir embora.

E foi.

Sem convencer o diretor.

Destino: Itabuna.

Havia decidido integra-se à produção.

Passar da teoria a prática.

Política da AP.

No início, morou num bairro popular. Já havia sofrido uma transfiguração: roupas, calçados, chapéu na cabeça, bigode, costeleta, outra persona.

Queria-se um homem do povo, um trabalhador comum da periferia.

Não foi só.

Um casal de militantes, Marcos Panzera, cujo nome frio era Paulo, e a mulher dele, Eneida, o acompanhava.

Os três na periferia.

Passaram a procurar trabalho. Primeiro: carregadores de caminhão. Souberam na prática o que era a superexploração, entenderam melhor o que era a mais-valia absoluta, como corpo era utilizado, esmagado pelo patrão em pleno século XX. Carregavam areia, brita, o escambau.

⁴⁷Idem, p. 161-162.

Haroldo confessa: era pesado demais.
Não tinha estrutura praquilo não.
A pá, depois de algum tempo, pesava uma tonelada.
As mãos sangram muito até calejar.
Houve momentos de quase desmaio.
Não tinha traquejo, não tinha costume, nuca fora trabalhador braçal, não era simples.
Foi se adaptando.
Até que decidiram: ele devia integrar-se à produção, ir para as roças. Marcos Panzera e Eneida ficaram na cidade.
Foi.
Diarista no cacau.⁴⁸

As memórias registradas na publicação de Emiliano José também mencionavam a atuação de Jacy da Franca Soares e Geraldo Soares Silva, um casal de professores enviado pela organização revolucionária à região cacauzeira da Bahia, especificamente ao município de Itabuna. Segundo os relatos, coube a eles a tarefa de organizar uma direção local da Ação Popular, além de conduzir uma pesquisa sobre as condições sociais, econômicas e políticas da região e de intermediar a chegada de outros militantes políticos que deviam se inserir no setor produtivo local no curso do movimento de integração à produção:

Veio o golpe, com todas as suas consequências. Todos tiveram que recuar, nem que momentaneamente.
Jacy continuava militando na AP.
Em 1968, AP decide deslocá-la e ao marido, Geraldo Soares Silva, para Itabuna, principal idade do Sul da Bahia.
Era uma espécie de semiclandestinidade – integração na produção com justificativa legal. O objetivo era implantar a direção na área, responsável por realizar um diagnóstico socioeconômico e político da região, trabalho preparatório para outros deslocamentos que viriam a seguir.
A AP considerava que ela e o marido reuniam as condições para dar esse primeiro passo. E, além de tudo, como os dois tinham vida legal, professores, não despertaram suspeitas, nem implicariam quaisquer custos para a Organização.
Jacy desliga-se da Faculdade de Filosofia e da Escola de Serviço Social da UCSAL. E consegue transferência, como professora do Estado, para o município de Itabuna, com a justificativa de implantar a Coordenação Pedagógica e dar aulas no Colégio Estadual. O marido, também militante, biólogo, segue junto para

⁴⁸ Idem, p.166.

Itabuna. Fora aprovado em concurso em 1968 e passa a dar aulas também no Colégio Estadual.

Tudo corria como o planejado.

Alugaram uma pequena casa perto do colégio, bairro de São Caetano – sala, cozinha, banheiro, dois quartos. Tornou-se ponto de passagem e articulação para todos os militantes que transitassem pela região ou que viessem se integrar à produção

Entre 1968 e 1973, a casa de Jacy e Geraldo foi ponto de apoio da Organização de todo o Sul da Bahia – ainda moraram em outros dois endereços, ambos no bairro de Pontalzinho.

Era uma espécie de intendência da Organização.

Jacy lembra-se da chegada de uma mala repleta de armas, que não pôde guardar em sua casa – foi entregue a uma irmã, que nunca soube do conteúdo.⁴⁹

A referida ação era parte da estratégia da organização revolucionária, a qual tinha o propósito de ampliar a compreensão das condições socioeconômicas locais e identificar suas contradições sociais. Para esse fim, os militantes da Ação Popular (AP) realizaram a “Pesquisa de Áreas Estratégicas” (PAE), estudo que mapeava regiões para atuação política, inserindo-se no contexto produtivo. No projeto político da AP, previa-se a implementação da guerra popular prolongada e da guerrilha rural, estratégia que envolvia o cerco progressivo dos centros urbanos a partir das zonas rurais. Essa abordagem alinhava-se à estratégia revolucionária de matriz maoísta, que defendia a luta política e a ruptura revolucionária como via para a construção do socialismo. Os locais selecionados para essa atuação precisavam reunir condições específicas: existência de conflitos sociais latentes, certo grau de consciência de classe entre os trabalhadores rurais, características topográficas favoráveis à instalação de focos guerrilheiros e baixa densidade da presença estatal na região.⁵⁰

Segundo a pesquisa desenvolvida por Cristiane Soares Santana acerca da atuação da AP na Bahia, tais condições acima destacadas foram observadas pela AP na região cacaueteira, no Sul da Bahia:

Todos esses critérios avaliados nas pesquisas dessas áreas pelo Brasil fizeram com que surgissem as bases de apoio para a realização da integração na Bahia. Um exemplo disso é o documento ‘Camacã-Histórico’ (s/data), no qual a organização traça a história, a economia cacaueteira, um balanço do sistema

⁴⁹ Idem, p.175-176.

⁵⁰ SANTANA, op. cit., p. 60-61.

educacional local, clima vegetação e hidrografia. Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus e Chapada Diamantina foram as bases de apoio no campo escolhidas pela AP na Bahia.⁵¹

A atuação dos militantes políticos da Ação Popular (AP) no Sul da Bahia também foi mencionada no livro de memórias de Rui Patterson, intitulado *Quem Samba Fica - Memórias de um Ex-Guerrilheiro* (2011). Na obra, o autor relata a presença de um militante da organização na cidade de Ipiaú cuja missão era acompanhar de perto uma iniciativa de jovens locais, incluindo o próprio Patterson, de pichar jegues com os dizeres “Vote Nulo MCD”.⁵² Patterson menciona em sua autobiografia que o militante e dirigente político da organização revolucionária, o arquiteto Fernando Gonzalez Passos, esteve em Ipiaú. Após estabelecer contato com ele, Patterson tornou-se um simpatizante da Ação Popular (AP). No entanto, ele acabou se distanciando da organização revolucionária após ser aprovado no vestibular para o curso de Ciências Sociais (1969) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e se mudar para Salvador. Com a transferência, afastou-se da Ação Popular (AP) e passou a integrar um grupo de estudantes vinculado à Dissidência da Bahia do PCB.⁵³

A presença de militantes da Ação Popular (AP) no sul da Bahia, particularmente na região cacauzeira, integrava a estratégia revolucionária da organização. Essa partilhava da concepção de que o processo revolucionário deveria ter como ponto de partida um cenário de conflito social e político no campo. De acordo com seu projeto revolucionário, os trabalhadores rurais - enquanto categoria central da luta - deveriam ser articulados e politizados sob a orientação do partido revolucionário, cuja matriz era a própria AP. Esses trabalhadores comporiam, assim, a força organizada tanto para a guerrilha rural quanto para o processo de cerco às cidades a partir do campo. No entanto, a atuação militante da Ação Popular não se limitava ao meio rural. A organização também adotou a estratégia de inserção em áreas urbanas, com militantes atuando em fábricas e bairros populares - espaços considerados prioritários -, dando destaque para as cidades de Salvador e Candeias.⁵⁴ Além disso, a AP mantinha significativa presença no movimento estudantil universitário.

Outros antigos militantes da AP na Bahia foram recordados no livro *Galeria F - lembranças do mar cinzento - a última clandestina em Paris e outras*

⁵¹ Idem, p. 61.

⁵² Abreviação da frase “Vote Nulo Movimento Contra a Ditadura”.

⁵³ PATTERSON, Rui. *Quem samba fica - memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011. p. 83-85.

⁵⁴ SANTANA, op.cit. p. 68.

histórias (2016), juntamente com algumas de suas ações. Emiliano José destacou a trajetória de José Carlos Zanetti, que iniciou sua militância no movimento estudantil através da Juventude Estudantil Católica (JEC) no Paraná, integrando-se posteriormente à Ação Popular. Inicialmente atuante em São Paulo, foi transferido para a Bahia, onde deu início a um trabalho de organização revolucionária no meio urbano.⁵⁵ Os registros memorialísticos indicam que José Carlos Zanetti, inicialmente atuante em Salvador, foi transferido para Feira de Santana, onde assumiu a função de dirigente local da Ação Popular:

Morou de favor aqui e ali e foi indicado para compor a direção seccional da AP de Feira de Santana, que já ultrapassava a casa dos 130 mil habitantes em 1970.

Ascende à condição de dirigente da AP.

Instalou-se noutra avenida de casas, quase réplica da Ladeira do Ventosa. Próxima à estação de trem, rua de terra batida, a coisa de quatro quilômetros do centro da cidade. Começou a fazer contatos com os setores médicos progressistas da cidade. Seu contato mais precioso foi o então padre Albertino Carneiro, fundador, em 1967, do Movimento de Organização Comunitário (MOC), entidade em ação até hoje.⁵⁶

A médica Cleuza Borges, que integrou o movimento estudantil e militou na Ação Popular (AP) durante o final da década de 1960, teve sua trajetória de militância política em oposição à ditadura rememorada nas páginas do livro *Galeria F - Lembranças do mar cinzento (V) - A última clandestina em Paris e outras histórias* (2016). Na época, ela era estudante de medicina na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e sua atuação na organização e prisão pela repressão política foi destacada na obra de Emiliano José:

Militou ao lado de José Sérgio Gabrielli, de Mário Filho e de Dóris Serrano (esses dois, grandes lideranças secundaristas), de Eduardo Collier, de Sônia e Sérgio Machado, de Roberto Amarelinho, de Mara Rabelo, para lembrar alguns dos militantes da AP entre os estudantes.

Por um tempo, deu assistência, pela AP, aos estudantes secundaristas, logo depois de minha prisão, em novembro de 1970. Tornou-se a principal dirigente da Organização no movimento estudantil.

⁵⁵JOSÉ, op. cit., p. 189.

⁵⁶Idem, p. 194.

Conviveu, também, claro, com uma pletera de militância de outras organizações de esquerda, Polop, PCB, PC do B, Dissidência do PC, disputavam espaço no movimento estudantil, hegemônica então pela AP.

Foi presa em 1971, logo depois de um arrastão dos órgãos de segurança contra as forças organizadas da AP no movimento estudantil. Dezenas de pessoas caíram.⁵⁷

De igual modo, foi lembrada a trajetória de Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida, conhecido pelo apelido de *Macarrão*, que também foi ligado ao movimento estudantil e à Ação Popular (AP). Em suas memórias, evocadas e publicadas por Emiliano José, destaca-se sua entrada na organização revolucionária, bem como uma série de ações que realizou como militante nas ruas de Salvador:

Em agosto de 1970, é consagrado simpatizante.

Para esclarecer: a condição de simpatizante, lida hoje, enfraquece o real significado de quem chegava a tal posição.

Na real, o simpatizante tornava-se um militante, mesmo não oficializado. É destacado para as atividades de agitação e propaganda – agit-prop, na terminologia de então.

Sua primeira pichação foi no Sete de Setembro, contra a ditadura.

Antes, participara de um comício-relâmpago, na Barroquinha.

Compôs logo um Grupo de Trabalho Militar para dar segurança armada a ações de agitação e propaganda. Esse GT não constituía uma célula propriamente. Reunia militantes de origens diferentes, os mais dispostos a ações ousadas, arriscadas.

O grupo do Jardim Baiano, claro, tinha perfil para tanto, *Macarrão* à frente. Desenvolveu uma ousada pichação por toda a cidade com a palavra de ordem ‘Liberdade para Emiliano José’, logo depois de minha prisão em 23 de novembro de 1970.

Fez outra em defesa da Revolução Chinesa.

E também contra a pena de morte a que Theodomiro Romeiro dos Santos estava prestes a ser condenado, como foi, em março de 1971. Desenvolvi tais ações sob uma estrutura frágil, armas precárias. [...]

A ação mais ousada foi a de 3 de março de 1971.

Dia seguinte, o Estádio da Fonte Nova seria reinaugurado, marcando os seus 20 anos de existência – data de janeiro de 1951.

Os arredores do estádio amanheceram pichados com dizeres contra a ditadura, contra torturas, contra prisões.

⁵⁷Idem, p. 211.

AP sabia que o ditador Garrastazu Médici estaria presente, ao lado do governador Luiz Viana Filho e do presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange. [...] Macarrão foi sagrado militante em dezembro de 1970 por Dalva Estela, companheira Lia, então dirigente seccional de Salvador. Nunca revelou isso durante as torturas. Primeira vez que o faz.⁵⁸

As obras publicadas por Emiliano José trouxeram à tona e divulgaram a trajetória de militância política de integrantes da organização revolucionária Ação Popular (AP), que se opunha à ditadura civil-militar. As memórias visibilizadas destacaram a atuação da organização nos meios estudantis e entre trabalhadores urbanos, mas ressaltaram, sobretudo, a participação de militantes junto aos trabalhadores rurais, especialmente nas lavouras de cacau do Sul da Bahia. Em sua fase maoísta, a AP adotava como estratégia revolucionária o início e o desenvolvimento da luta armada no campo, considerando os trabalhadores rurais como a categoria central da revolução. Esses camponeses, organizados, armados e politicamente ativos, formariam a guerrilha rural e comporiam as forças ativas no processo de cerco das cidades pelo campo.

Considerações Finais

A publicação das memórias de antigos militantes da Ação Popular (AP) nos livros *Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento – Segunda Parte* (2004) e *Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento (V): A Última Clandestina em Paris e Outras Histórias* (2016), ambos de autoria de Emiliano José, constituiu-se como uma forma de transpor as recordações desses personagens do âmbito privado - restrito quase exclusivamente às famílias e aos círculos de amizade - para a esfera pública. Ao fazê-lo, conferiu visibilidade aos militantes rememorados e apresentou uma versão contraposta à narrativa oficial construída pelos agentes da ditadura, que classificava os militantes das organizações revolucionárias e de oposição como “terroristas”, “subversivos”, “comunistas” ou “bandidos perigosos”. As publicações evocavam a luta revolucionária e de oposição à ditadura, dando visibilidade a histórias de vida, percursos de militância e testemunhos que até então haviam permanecido como “memórias subterrâneas”.

A partir da evocação dessas memórias, tornou-se possível abordar diferentes protagonistas da luta revolucionária na Ação Popular (AP) e reconstruir aspectos da atuação da organização na Bahia, com ênfase na presença de seus

⁵⁸Idem, p. 227.

militantes nas lavouras de cacau da região Sul do estado. Os relatos analisados evidenciam a participação de integrantes da Ação Popular na Bahia desde a fundação da organização. Contudo, destaca-se a rememoração do período correspondente à fase maoísta, que sucedeu a adoção do pensamento orientado pelo foco guerrilheiro, inspirado na Revolução Cubana de 1959.

Ademais, observa-se, com base nas memórias abordadas nas publicações, que o perfil dos militantes da Ação Popular atuantes na Bahia era composto por estudantes universitários e por profissionais com formação superior, oriundos de diferentes áreas, como, por exemplo, o magistério, a sociologia, a química e a engenharia. Entre as ações desenvolvidas pela organização no estado, destacaram-se: a) a ativa participação no movimento estudantil universitário, disputando espaços e representação nas entidades estudantis em níveis local (centros acadêmicos), estadual e nacional; b) a atuação educacional junto às famílias de trabalhadores rurais e pelo apoio à fundação de sindicatos no campo e c) a tentativa de organizar um plano de resistência ao golpe civil-militar de 1964 a partir da cidade de Feira de Santana.

Acrescenta-se, ainda, a inserção clandestina dos militantes políticos na produção agrícola e na vida cotidiana dos trabalhadores, especialmente nas lavouras de cacau no sul da Bahia, com o objetivo de politizar os trabalhadores rurais, ampliar a base militante da organização e formar quadros que integrariam as colunas da guerrilha rural no contexto da estratégia de cerco das cidades pelo campo. As memórias evocadas também revelam a presença e ação de militantes da Ação Popular nas ruas de Salvador e na cidade de Feira de Santana, atuando politicamente em bairros populares e no movimento estudantil, indiciando que a organização não negligenciava inteiramente suas atividades nas áreas urbanas. Essas ações visavam não apenas à derrubada da ditadura civil-militar, mas também à realização de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira, buscando a superação do capitalismo e a construção de um novo modelo socioeconômico.

Referências

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. (Org.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

- COSTA, Lucileide Cardoso. *Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o poder militar na América Latina*. Tradução: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JELIN, Elizateth. *Los trabajos de la memoria*. 2ª. ed. Lima, IEP, 2012.
- JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: segunda parte*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembrança do mar cinzento (V): a última clandestina em Paris e outras histórias*. 1.ed. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2016.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- PATTERSON, Rui. *Quem samba fica – memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 21 de abr. 2023.
- RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: Cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol; V. Partidos e organizações do anos 20 anos 60. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 213-282.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTANA, Cristiane Soares de. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11241>>. Acesso em: 20 de maio.de 2023.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: *A ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, 2009.p.152-173..

Artigo recebido para publicação em 29/09/2025 e aprovado em 17/03/2026.